

pendência, serviços e organismos ligados ao Ministério da Educação ou ao Instituto de Solidariedade e Segurança Social;

- b) Diagnóstico das necessidades da população abrangida pela estrutura e actividades propostas;
- c) Disposição de instalações físicas ou móveis próprias ou cedidas gratuitamente por terceiros;
- d) Currículo profissional dos coordenadores e membros das equipas;
- e) Aspectos inovadores evidenciados.

Artigo 17.º

Acompanhamento e avaliação

O acompanhamento e avaliação da actividade das entidades promotoras é da responsabilidade do IPDT, que, para o efeito, poderá recorrer a prestação de serviços externos.

Portaria n.º 1115/2001

de 20 de Setembro

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2001, de 22 de Fevereiro, que aprova os 30 objectivos da luta contra a droga e a toxicodependência no horizonte 2004, determina que, no âmbito das políticas adoptadas em sede de prevenção e redução de riscos, seja criada uma rede primária nacional de redução de riscos que cubra todos os distritos.

De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 183/2001, de 21 de Junho, as equipas de rua são instrumentos daquela rede primária de redução de riscos, tendo por objectivo o contacto directo e activo com os consumidores e grupos de risco, através de «trabalho de rua».

A presente portaria aprova o regulamento do financiamento das entidades promotoras das equipas de rua, criando os instrumentos de apoio financeiro que garantam o cumprimento dos objectivos a que o Governo se comprometeu no horizonte 2004.

Ao abrigo do disposto no artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 183/2001, de 21 de Junho, manda o Governo, pelo Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, o seguinte:

Único. É aprovado o Regulamento do Financiamento das Equipas de Rua, que se publica em anexo à presente portaria e que dela faz parte integrante.

O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Vitalino José Ferreira Prova Canas*, em 21 de Agosto de 2001

ANEXO

REGULAMENTO DO FINANCIAMENTO DAS EQUIPAS DE RUA

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto

O presente Regulamento estabelece as condições e o procedimento de financiamento público das entidades promotoras da criação e gestão das equipas de rua, previstas nos artigos 58.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 183/2001, de 21 de Junho.

Artigo 2.º

Condições de acesso

1 — O financiamento previsto no presente Regulamento destina-se a entidades privadas sem fins lucrativos, cujas finalidades estatutárias incluam a promoção da saúde.

2 — As entidades referidas no número anterior devem preencher as seguintes condições:

- a) Terem a sua situação contributiva regularizada perante o fisco e a segurança social;
- b) Comprometerem-se a manter uma contabilidade adequada às análises requeridas para o acompanhamento do projecto;
- c) Terem assegurado o financiamento do projecto na parte que cabe à entidade promotora;
- d) Comprometerem-se a assegurar um horário de prestação de serviços adequado às necessidades da população servida;
- e) Possuírem capacidade para iniciar a execução do projecto no prazo de 60 dias contados da aprovação do financiamento.

CAPÍTULO II

Financiamento

Artigo 3.º

Natureza e valor dos financiamentos

1 — Os financiamentos a conceder no âmbito do presente regime correspondem a 80% das despesas elegíveis.

2 — Excepcionalmente, o financiamento a conceder pode corresponder a 100% das despesas elegíveis.

3 — As despesas elegíveis para efeitos de concessão de financiamento são todas as que resultem directamente da criação e funcionamento das equipas de rua, com excepção das resultantes de aquisição de imóveis ou trespasses.

Artigo 4.º

Redução do financiamento

O financiamento concedido é reduzido ou reembolsado com os seguintes fundamentos:

- a) Não execução integral do pedido aprovado;
- b) Constatação da existência de dívidas relativas aos custos aprovados, decorridos 30 dias sobre o pagamento daquelas despesas por parte da entidade financiadora.

Artigo 5.º

Pagamento dos financiamentos

1 — Os financiamentos serão pagos pelo Instituto Português da Droga e da Toxicodependência (IPDT), através do seu orçamento.

2 — Os financiamentos serão atribuídos de acordo com o cronograma financeiro, constante do protocolo de concessão de financiamento, cuja duração não excederá o prazo de um ano, podendo este prazo ser alargado quando existam razões ponderosas.

3 — O pagamento inicial, a efectuar após a aprovação da candidatura, não pode ser superior a 70% do total do financiamento, salvo em casos devidamente fundamentados.

4 — O pagamento final é efectuado após a aprovação do relatório final.

Artigo 6.º**Protocolo de concessão de financiamentos**

1 — Os termos e condições do financiamento são estabelecidos em protocolo de concessão de financiamento a celebrar entre o IPDT e as entidades financiadas.

2 — A minuta do protocolo é previamente homologada pelo membro do Governo responsável pela coordenação da política da droga e da toxicodependência, dela devendo constar cláusulas relativas ao objecto do projecto, ao montante do financiamento concedido, ao calendário dos pagamentos e aos direitos e deveres das partes.

3 — A decisão de concessão dos financiamentos caduca caso os protocolos não se celebrem, por razões imputáveis às entidades promotoras, no prazo de 30 dias contados da notificação da decisão.

4 — O protocolo pode ser objecto de renegociação, após anuência do IPDT, nos seguintes casos:

- a) Alteração das condições do projecto que implique modificação do montante dos financiamentos concedidos;
- b) Alteração imprevisível dos pressupostos contratuais.

Artigo 7.º**Cessão da posição contratual**

A cessão da posição contratual por parte da entidade financiada só pode ter lugar, por motivos devidamente justificados, após autorização do IPDT.

Artigo 8.º**Resolução do protocolo de concessão de financiamentos**

1 — Os protocolos de concessão de financiamentos podem ser resolvidos unilateralmente pelo IPDT nos seguintes casos:

- a) Não cumprimento dos objectivos e obrigações contratuais e, bem assim, dos prazos estabelecidos no protocolo;
- b) Não cumprimento atempado, por facto imputável à entidade financiada, das respectivas obrigações legais e fiscais;
- c) Prestação de informações falsas sobre a situação da entidade financiada ou viciação de dados fornecidos nas fases de candidatura e de acompanhamento dos projectos;
- d) Recusa de prestação de informações sobre a situação da entidade financiada ou do projecto à entidade com competência de fiscalização;
- e) Revogação da autorização de criação e funcionamento das equipas de rua financiadas.

2 — A resolução implica a reposição das importâncias recebidas, acrescidas de juros legais, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que ao caso caiba.

CAPÍTULO III**Processo de candidatura****Artigo 9.º****Financiamento por concurso**

1 — O financiamento previsto neste Regulamento será concedido através de concurso promovido pelo

IPDT, aberto a todas as entidades que dele pretendam beneficiar.

2 — O concurso tem como objectivo garantir a selecção dos projectos que melhor se adequem às necessidades e uma distribuição geográfica equitativa dos financiamentos, devendo, caso seja possível, ser subsidiada uma entidade promotora em cada distrito, não obstante a composição da equipa de rua e financiamento poderem variar de acordo com a dimensão do grupo alvo previsível.

Artigo 10.º**Casos excepcionais de financiamento**

1 — Excepcionalmente, para além dos financiamentos concedidos nos termos do artigo anterior, podem ser concedidos financiamentos a todo o tempo, a requerimento das entidades interessadas.

2 — A satisfação dos pedidos depende da necessidade da existência de mais de uma equipa de rua no distrito respectivo e está sujeita às disponibilidades orçamentais do IPDT.

Artigo 11.º**Apresentação da candidatura**

As candidaturas ao financiamento devem ser apresentadas junto dos serviços do IPDT, através de formulário próprio a disponibilizar pelo IPDT, juntamente com todos os elementos e documentos necessários à comprovação da satisfação dos requisitos exigidos no presente Regulamento.

Artigo 12.º**Instrução**

As candidaturas são instruídas e avaliadas por técnicos do IPDT que elaboram um relatório a apresentar à comissão de avaliação.

Artigo 13.º**Decisão**

1 — A decisão sobre a concessão de financiamento compete a uma comissão constituída pelos seguintes membros:

- a) Um representante do IPDT, que preside;
- b) Um representante do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência (SPTT);
- c) Um representante do Instituto de Solidariedade e Segurança Social (ISSS).

2 — A comissão é convocada pelo seu presidente, logo que esteja completado o processo de instrução.

3 — Nas reuniões da comissão podem participar, quando esta o entenda conveniente, sem direito a voto, outras entidades.

Artigo 14.º**CrITÉRIOS de selecção**

Os critérios de selecção das candidaturas são os seguintes:

- a) Existência de parcerias adequadas, preferencialmente com autarquias, SPTT/centros de atendimento a toxicodependentes, Comissão Nacional de Luta contra a Sida, Instituto Nacional

- de Emergência Médica, estabelecimentos de saúde, centros de acolhimento e centros de abrigo, comissões para a dissuasão da toxicodependência, serviços e organismos ligados ao Ministério da Educação ou ao Instituto de Solidariedade e Segurança Social;
- b) Disposição de instalações físicas próprias ou cedidas por terceiros;
 - c) Currículo profissional dos coordenadores e membros das equipas de rua;
 - d) Aspectos inovadores evidenciados;
 - e) Relação custo/benefício;
 - f) Cumprimento das regras de financiamento, quando este tenha sido concedido no passado.

CAPÍTULO IV

Acompanhamento

Artigo 15.º

Acompanhamento e fiscalização

1 — Os financiamentos concedidos ficam sujeitos ao acompanhamento e fiscalização da sua utilização em conformidade com o projecto apresentado.

2 — O acompanhamento e fiscalização da utilização dos financiamentos são da responsabilidade do IPDT que, para o efeito, poderá recorrer a prestação de serviços externos.

3 — As entidades financiadas ficam sujeitas a auditorias técnicas e financeiras ordenadas pelo IPDT.

4 — As entidades financiadas ficam obrigadas por si ou através dos seus representantes legais a permitir o acesso aos locais onde se encontrem os elementos e documentos necessários, nomeadamente de despesa, para o acompanhamento e fiscalização.

5 — As entidades financiadas obrigam-se a elaborar e apresentar um relatório intermédio relativo à execução do projecto no primeiro semestre e um relatório anual de avaliação em formulário próprio a disponibilizar pelo IPDT.

6 — As entidades financiadas deverão, quando solicitadas, disponibilizar informações e dados para estudos a desenvolver pelo IPDT.

Artigo 16.º

Conta bancária específica

As entidades financiadas deverão abrir e manter uma conta bancária específica, através da qual sejam efectuados, exclusivamente, os movimentos relacionados com os recebimentos e pagamentos referentes ao projecto financiado.

Artigo 17.º

Processo técnico

1 — As entidades financiadas obrigam-se a ter sempre actualizado e disponível um processo técnico, do qual conste, designadamente:

- a) Memória descritiva do projecto e respectivos cronogramas (inicial e actualizado), com menção, quando seja o caso, dos desvios verificados;
- b) Listagem e documentação de todas as despesas efectuadas ao abrigo do projecto;
- c) Registo do número de utentes/dia e utentes/mês;

- d) Programa de formação do pessoal para o qual foi pedido financiamento no âmbito do projecto;
- e) Parcerias ou protocolos de colaboração que mantenham para o desenvolvimento do projecto;
- f) Listagem do equipamento afecto ao projecto.

2 — As entidades financiadas ficam obrigadas a facultar, sempre que solicitado, o acesso e a entregar cópias do processo técnico à entidade responsável pelo acompanhamento e fiscalização.

Artigo 18.º

Bens adquiridos através do financiamento

1 — Durante o prazo de cinco anos imediatamente seguinte ao fim da execução do projecto, a entidade promotora deve ceder os bens adquiridos através do financiamento concedido a quaisquer pessoas sem fins lucrativos que se proponham prosseguir os fins do protocolo celebrado, precedendo autorização do IPDT.

2 — Durante o referido prazo de cinco anos, os bens adquiridos através do financiamento concedido ao abrigo do presente Regulamento não podem ser alienados, nem onerados sobre qualquer forma.

3 — Caso destine os bens adquiridos a fins diferentes daqueles para que foram financiados, deverá devolver ao IPDT o montante correspondente ao valor financiado.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Portaria n.º 1116/2001

de 20 de Setembro

O Decreto-Lei n.º 155/2001, de 11 de Maio, alterou a designação da carreira de subchefes e do posto de subchefe principal, passando a designar-se, respectivamente, por carreira de chefe e pelo posto de chefe.

Importa agora proceder à alteração dos respectivos distintivos.

Assim:

Ao abrigo do disposto no artigo 92.º, n.º 3, da Lei n.º 5/99, de 27 de Janeiro:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado da Administração Interna, o seguinte:

1.º Os distintivos dos chefes da Polícia de Segurança Pública são constituídos por dois galões, bordados a fio de prata ou de metal prateado, com a largura de 10 mm, separados de 2 mm.

2.º Os distintivos dos subchefes da Polícia de Segurança Pública são constituídos por um galão, bordado a fio de prata ou de metal prateado, com a largura de 10 mm.

3.º Os distintivos referidos nos números anteriores são fixados:

- a) A 5 cm da orla das mangas, quando usados no dólman (figs. 1 e 2);
- b) Nas passadeiras, de modelo aprovado, quando usados nos restantes casos (figs. 3 e 4).

O Secretário de Estado da Administração Interna, *Rui Carlos Pereira*, em 4 de Setembro de 2001.